

QUEM PAGA A MODERNIZAÇÃO? BNCC DIGITAL E DESIGUALDADES NO FINANCIAMENTO EDUCACIONAL

Jéssica Marina Rodrigues dos Santos¹

Vitória Eliza Ferreira da Silva²

RESUMO

O presente trabalho analisa criticamente a implementação da **BNCC Computação** e sua vinculação ao **Valor Aluno Ano Resultado (VAAR)**, componente do novo **Fundeb**, questionando quem paga a conta da chamada “inovação” educacional no Brasil. A partir de uma perspectiva crítica, compreende-se que essas políticas reforçam a lógica neoliberal de regulação e responsabilização das escolas públicas, transferindo às redes e profissionais a carga pela modernização tecnológica sem o devido suporte estrutural. O VAAR, ao condicionar repasses financeiros ao cumprimento de metas e à implementação da BNCC Computação, converte-se em mecanismo de controle e ampliação das desigualdades, penalizando escolas com menor acesso a infraestrutura tecnológica. O discurso de inovação, portanto, mascara um processo de exclusão digital e desigualdade no financiamento, no qual apenas as escolas que “performam” dentro dos parâmetros oficiais são beneficiadas. Conclui-se que a política de computação na educação básica, embora apresentada como avanço, reproduz a lógica gerencialista e meritocrática de um Estado avaliador, reforçando a precarização e a fragmentação da educação pública. Assim, a inovação tecnológica, longe de democratizar o acesso, transforma-se em novo critério de exclusão e hierarquização das redes escolares.

Palavras-chave: BNCC Computação. VAAR. Regulação Educacional. Desigualdades Digitais. Políticas Neoliberais.

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua ampliação com o documento “BNCC Computação” foram apresentadas como instrumentos de modernização e inovação tecnológica na educação brasileira. No entanto, sob uma análise crítica, tais políticas inserem-se em um contexto de regulação e responsabilização das escolas públicas, coerente com a lógica neoliberal que pauta o sistema educacional brasileiro desde a década de 1990. A vinculação do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR), componente do novo Fundeb, ao cumprimento de metas e à implementação de políticas como a BNCC Computação, representa uma nova forma de

¹Pedagoga pela UERN, Mestra em Educação pelo POSEDUC/UERN, professora da Educação Básica do Estado do RN. E-mail: jessicamarinarodrigues@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3008914835310315>.

² Graduanda em Letras da UERN, pesquisadora em Gestão da Educação e Políticas, Auxiliar em Educação Infantil (PMM). E-mail: vitoriaferreira77777@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0754475227696635>.



Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



condicionalidade financeira, que amplia as desigualdades educacionais entre escolas e redes públicas.

A LÓGICA DA REGULAÇÃO E O CUSTO DA INOVAÇÃO

A educação brasileira vem sendo atravessada por mecanismos de regulação e controle, característicos do Estado Avaliador (AFONSO, 2008; BALL, 2001), que desloca a responsabilidade pela qualidade do ensino para as escolas e seus profissionais. Instrumentos como o Mapa Educacional, analisado pela autora em Mossoró-RN, exemplificam como as políticas locais incorporam a lógica da culpabilização e meritocracia, premiando escolas com melhores índices e penalizando aquelas que atendem populações mais vulneráveis.

A implementação da BNCC Computação insere-se nessa mesma racionalidade: ao propor o desenvolvimento do “pensamento computacional” como competência essencial, o documento parte de um pressuposto de acesso universal às tecnologias digitais — um cenário distante da realidade de muitas escolas públicas, especialmente nas regiões mais pobres do país. Essa “inovação” tem custo, e quem paga é a escola pública que, sem infraestrutura adequada, torna-se mais uma vez alvo de cobranças por resultados e modernização sem investimento real.

BNCC COMPUTAÇÃO E O VAAR: UMA CONDICIONALIDADE EXCLUDENTE

O VAAR, mecanismo de complementação do Fundeb, prevê a transferência de recursos adicionais apenas às redes de ensino que cumprirem condicionalidades associadas à gestão e à implementação da BNCC, incluindo a BNCC Computação. Assim, a adesão à proposta de computação e tecnologia deixa de ser uma escolha pedagógica e passa a ser condição para o recebimento de verbas, reforçando a subordinação financeira das redes às diretrizes do Ministério da Educação.

Essa lógica de “pagamento por desempenho” reproduz o modelo em que a regulação substitui o papel redistributivo do Estado. A vinculação do financiamento ao cumprimento de metas e indicadores de inovação tecnológica amplia o fosso entre as escolas que possuem infraestrutura digital e aquelas que sequer têm acesso à internet de qualidade — revelando o caráter excludente e seletivo do novo Fundeb.

A EXCLUSÃO ESCOLAR DIGITAL E O DISCURSO DA INOVAÇÃO

O documento da BNCC Computação (2022) detalha objetivos de aprendizagem que pressupõem o uso de dispositivos digitais, softwares, jogos online e robótica educacional. No entanto, a falta de conectividade, de equipamentos e de formação docente adequada evidencia que a inclusão digital ainda é um privilégio. Em vez de reduzir desigualdades, a política pode reforçar o apartheid digital, pois as escolas que não conseguem implementar as práticas previstas são, paradoxalmente, as mesmas que deixam de receber os recursos condicionados ao VAAR.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO UERN





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



Assim, a “inovação” tecnológica proposta pela BNCC Computação assume contornos de regulação tecnocrática, impondo padrões de modernização que favorecem redes urbanas e penalizam as rurais, indígenas e quilombolas. A promessa de equidade digital converte-se em um novo instrumento de exclusão — uma espécie de “conta da inovação” paga pela escola pública precarizada.

EDUCAÇÃO PÚBLICA SOB A LÓGICA NEOLIBERAL

A análise de Santos (2021) sobre o Mapa Educacional de Mossoró revela como políticas avaliativas e meritocráticas produzem uma cultura escolar baseada na obediência e na submissão. Essa mesma cultura se replica agora em escala nacional, com a BNCC e o VAAR. O que se apresenta como gestão por resultados é, na verdade, um mecanismo de controle político e econômico, que consolida a transição de um Estado garantidor de direitos para um Estado regulador de performances (HARVEY, 2005; AFONSO, 2009).

O gerencialismo educacional, disfarçado de inovação tecnológica, converte a educação em mercadoria e o professor em executor de metas. A implementação da BNCC Computação, sem financiamento equitativo e sem escuta das realidades locais, evidencia o avanço de uma racionalidade neoliberal que transforma o direito à educação digital em privilégio medido por indicadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perguntar “quem paga a conta da inovação?” é revelar o custo social e pedagógico de uma política que vincula financiamento à regulação e modernização à exclusão. A BNCC Computação e o VAAR operam como novos mecanismos de controle, mascarados sob o discurso da equidade tecnológica. Enquanto a inovação é apresentada como caminho para o futuro, o presente das escolas públicas brasileiras continua marcado pela falta de infraestrutura, pela sobrecarga docente e pela desigualdade de oportunidades.

Defender uma perspectiva crítica sobre a BNCC Computação é reivindicar que a inovação seja um direito, não uma condição de acesso ao Fundeb. É reafirmar que a equidade só é possível quando o Estado assume, de fato, sua responsabilidade de garantir condições materiais e pedagógicas para todas as escolas — e não quando transfere aos professores e gestores a culpa por não “alcançar o padrão de inovação” esperado.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. *Avaliação educacional: regulação e emancipação*. São Paulo: Cortez, 2008.

BALL, Stephen J. *Políticas educacionais e justiça social*. Porto: Porto Editora, 2001.
BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Computação na Educação Básica*. Brasília: MEC, 2022.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO UERN





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

HARVEY, David. *Breve história do neoliberalismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
SANTOS, Jéssica Marina Rodrigues dos. *Avaliação e regulação da educação: implicações do Mapa Educacional na cultura escolar*. Mossoró: UERN, 2021.

SOUZA, Ângelo Ricardo de; CABRAL NETO, Antônio. *Regulação e responsabilização na educação básica brasileira*. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 34, n. 2, 2018.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO **UERN**

